

SOCIEDADE EM REDE: PALCO DE AÇÃO DO PROFESSOR PÚBLICO E DIGITAL

NETWORK SOCIETY: ACTION STAGE FOR PUBLIC AND DIGITAL TEACHERS

Márjorie Maria Carneiro Pires¹
Gustavo Manoel da Silva Gomes²

Resumo: O presente artigo considera que o crescente uso das tecnologias digitais e do universo cibernético tem suscitado mudanças e reflexões sobre a Educação e sobre a História. Esse panorama de inovações, confere um novo campo para o professor de história, a História Pública e Digital (HPD), que se propõe a ampliar o palco de atuação do docente, tendo em vista que alia o mundo digital à finalidade de disseminar a história para as grandes audiências, utilizando novos meios de divulgar e fazer história. Assim, a pesquisa se enquadra no viés qualitativo, ao realizar uma discussão teórica sobre a Sociedade em Rede, o ensino e a História Pública e Digital, a fim de fomentar a participação do professor de História como um agente da HPD.

Palavras-chave: Sociedade em Rede; ensino de História; História Pública e Digital.

Abstract: This article considers that the growing use of digital technologies and the cybernetic universe has given rise to changes and reflections on Education and History. This panorama of innovations provides a new field for the history teacher, Public and Digital History (HPD), which aims to expand the teacher's scope of action, considering that it combines the digital world with the purpose of disseminating history for large audiences, using new means of publicizing and making history. Thus, the research fits into the qualitative bias, by carrying out a theoretical discussion about the Network Society, teaching and Public and Digital History, in order to encourage the participation of the History teacher as an agent of HPD.

Keywords: Network Society; teaching History; Public and Digital History

¹ Mestra em Ensino de História pela UFPE, docente vinculada à SEE-PE, <http://lattes.cnpq.br/4829773137005808>, e-mail: marjorie-pires@hotmail.com

² Doutor em Educação pela UFAL, docente do curso de Licenciatura em História da UFAL/Campus Sertão e do Mestrado profissional em Ensino de História, UFPE. Diretor do grupo Abí Axé Egbé/UFAL. <http://lattes.cnpq.br/5701200319717430>, e-mail: gustavo.gomes@delmiro.ufal.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente nos deparamos com uma nova configuração na estrutura social como um todo. Resultado da influência das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que foram desenvolvidas e aperfeiçoadas, principalmente nos decênios de 1980 e 1990, e que modificaram sobremaneira o *modus vivendi* das sociedades. Essa nova estrutura foi chamada por Castells (1999) de Sociedade em Rede, caracterizada pelo contexto no qual as TDIC medeiam as relações humanas em vários âmbitos em nível global, interferindo em questões econômicas, trabalhistas, políticas, culturais e educacionais.

O uso da tecnologia não é uma novidade aos seres humanos, ao contrário, desde os primórdios, o homem utilizou matérias-primas presentes na natureza a fim de elaborar tecnologias que o ajudassem na execução de tarefas. Ao longo do processo histórico percebe-se o aperfeiçoamento e a inventividade humana, fruto das necessidades que se apresentavam à sociedade, pois como afirma Castells (1999) a tecnologia não determina a sociedade, ela é a sociedade. Há uma relação simbiótica entre a ação humana de desenvolver invenções tecnológicas e os efeitos das tecnologias sobre a sociedade. Entretanto, há uma novidade quanto às formas, os usos e as consequências da tecnologia na contemporaneidade, pois os ritmos, graus, conexões, relações e efeitos tecem complexidades, deslocamentos e disputas multilaterais em níveis mundiais. Desenvolvidas pela e para a informação e comunicação, as tecnologias que alteram nossas vivências atuais centram-se, sobremaneira, na linguagem como constituidora de realidades.

As TDIC foram desenvolvidas no período da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1945, devido à necessidade bélica do momento, onde se utilizavam máquinas com o propósito de realizar cálculos balísticos ou codificar informações importantes às forças militares de cada país. O século XX, marcado por guerras e crises, fomentou o desenvolvimento das TDIC para buscar lucros, aumentar a produtividade, a competitividade, globalizar a economia, ou seja, reestruturar o capitalismo (SIMÕES, 2009).

A reestruturação e acirramento do capitalismo, e por conseguinte, do projeto neoliberal e seus valores como individualismo, competitividade, meritocracia, investimento, consumismo etc., fragmentou o projeto político-econômico transformando-o em um estilo de vida. Não só Estados e empresas, mas também comunidades e pessoas precisavam ser seduzidas, capturadas e diferentemente integradas para participar da sociedade formatada numa rede tecnológica e financeira.

Vive-se uma relação cada vez mais intrínseca entre a Rede e o ser (CASTELLS, 1999), entre os espaços físicos e virtuais. Não se pode negar a presença da virtualidade nos mais diferentes segmentos da vida: “Afirmo que por meio da poderosa influência do novo sistema de comunicação, mediado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias de negócios, está surgindo uma

nova cultura: a da virtualidade real” (CASTELLS, 1999, p. 415), nesse caso, o real e o virtual não se anulam, mas se complementam. Desta maneira, a Sociedade em Rede é uma realidade que vem sendo desenvolvida desde o século XX, resultando de um processo histórico em que objetivos políticos, econômicos, tecnológicos e socioculturais formataram os estilos de vida contemporâneos. Interesses, sentidos e práticas são polemizados, construídos, deslocados ou transformados, numa correlação complexa entre diferentes campos que interagem, não de forma mecânica e cartesiana, não apenas como uma máquina com a finalidade de realizar uma determinada atividade, mas algo muito maior, que suscitou a formação de uma cultura, da cibercultura, onde as relações sociais atuais se estabelecem no plano físico e no plano virtual, um está imbricado no outro.

As TDIC podem trazer ao desenvolvimento de nossa sociedade, sobretudo, quando pensamos nas apropriações que podem ser feitas delas para usos no campo da educação e também da história. Não por acaso, novas concepções, metodologias e práticas têm se desenvolvido no meio digital, a exemplo da História Pública e Digital, que se apresentam como caminhos a serem trilhados por professores de história que pretendem adentrar na Sociedade em Rede com vistas a produzir e divulgar conhecimentos históricos.

Para melhor elucidar tal panorama, o artigo se estrutura em três partes posteriores à presente introdução: a) A Sociedade em Rede, a cibercultura e o ensino de História, onde faremos uma discussão teórica sobre a Sociedade em Rede e a Cibercultura; b) O Ensino de História na ótica da História Pública e Digital, focada na abordagem da História Pública e Digital e o ensino de História; c) considerações finais. Salienta-se, que o trabalho tem base qualitativa, pois realiza uma discussão teórica fundamentada na revisão bibliográfica.

2. A SOCIEDADE EM REDE, A CIBERCULTURA E O ENSINO DE HISTÓRIA

A interação cada vez maior no mundo virtual fez surgir, o que Pierre Lévy (1999) denominou “cibercultura”, que é a presença tangível da tecnologia no cotidiano dos indivíduos, agindo diretamente nos costumes das sociedades. A crescente virtualização das atividades humanas tem fomentado o desenvolvimento da cibercultura “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, p. 17, 1999), fazendo com que a sociedade passe a ter aspectos da sua vida influenciada pelas tecnologias.

Não se pode negar as implicações que a internet trouxe à sociedade, afinal, por meio dela foi possível a conexão em redes virtuais e a realização de inúmeras atividades tidas como corriqueiras

(compras, pagamentos, consultas, comunicação), mas também tem dado espaço para a prática de atividades laborais, educacionais e de entretenimento.

De acordo com Lévy (1999) a inteligência coletiva age sobremaneira na cibercultura, e consiste na produção, compartilhamento e divulgação de informações no ciberespaço por seus usuários, fazendo com que o ciberespaço seja um local de infinitas possibilidades de obtenção de informação. Quem alimenta todo o universo do ciberespaço são as pessoas que navegam nele, tornando-o um ambiente de aprendizagem cooperativa e colaborativa.

Assim como Castells, Lévy tem ciência que a revolução tecnológica tem maximizado a obsolescência, tornando aplicativos, aparelhos eletroeletrônicos e profissões ultrapassadas, pois o ciberespaço modificou uma série de competências cognitivas humanas, a exemplo do raciocínio. De forma que não se pode visualizar o ciberespaço como um ambiente irreal, ele atua sim, nas diferentes esferas da vida. Visualiza-se no ciberespaço uma ampliação das formas de comunicação, sobrepondo as limitações físicas existentes nos espaços físicos, promovendo a horizontalidade da comunicação, fazendo com que as pessoas inseridas nesse meio digital possuam modos de interagir, comunicar ou criar algo (NOIRET, 2015). Contudo, apesar da horizontalidade, não se pode ter uma visão inocente do ciberespaço, pois são as grandes empresas que dispõe através da criação de programas, softwares, aplicativos ou plataformas, as interfaces de trânsito da massa que não possui conhecimentos técnicos sobre os meios digitais. Os usuários tais quais clientes de uma empresa, compram, utilizam e consomem o que é disposto por essas grandes empresas.

Castells (1999) afirma que a Sociedade em Rede tem se constituído desde a década de 1980, mas percebemos que o início do século XXI tem sido o da predominância da cibercultura. Um exemplo disso observa-se a partir da pandemia da Covid-19 que salientou e acelerou o processo de virtualização em várias dimensões no Brasil: audiências jurídicas, consultas médicas, aulas, shows ou lives, vendas etc. Todas essas práticas sendo realizadas em modalidade virtual, ou como se costuma dizer, on-line. Várias camadas da sociedade que utilizavam a internet, principalmente como meio para comunicação, passou a enxergá-la como um caminho para a execução das atividades laborais, demonstrando que o ciberespaço não é um ambiente restrito aos jovens, haja vista que cada vez mais, através das demandas de trabalho, tem sido ocupada por indivíduos de gerações anteriores.

O ciberespaço se torna uma continuidade do que é vivenciado no mundo físico, portanto quem nele navega pode estar sujeito a problemas análogos aos vivenciados no meio físico. O sentimento de liberdade e de proteção oferecido pelo meio digital, encobre a possibilidade do navegante ser alvo de roubo, de assédio, de difamação, de perseguição, de exploração etc. É importante que os navegantes tenham ciência de que por ser um ambiente de intensa ocupação virtual, não só existem experiências positivas no ambiente virtual, todos estão sujeitos a sofrerem experiências negativas e até criminais

(SOUZA, 2018). Apesar disso, se bem utilizado, o ciberespaço possibilita a interatividade, a diversidade, a instantaneidade, pontos que podem contribuir para o que Noiret (2015) traz como *interculturalismo* caracterizado pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural existente.

Ciente de que a Sociedade em Rede já está em voga, implica-se a uma análise sobre o sistema educacional como um todo, e nessa premissa tem-se preconizado a inserção cada vez mais tangível das TDIC nas escolas brasileiras, resvalando também no Ensino de História, que comungando com as mudanças tecnológicas, acompanha a necessidade de uma reestruturação em adaptação ao mundo que se vive. Nessa lógica, a partir da década de 1980, o setor educacional envolto em um contexto sociopolítico de mudança, vivenciou debates e ações em prol do usufruto das tecnologias no setor educacional, haja vista a influência significativa delas, as quais deram espaço para o surgimento da cibercultura.

As mudanças que reverberam na sociedade como um todo também acarretam reflexões e inovações em diferentes setores, dentre eles, o setor educacional, no caso da presente pesquisa, no Ensino de História. Importante compreender o Ensino de História como um campo em processo constante de construção, pois assim como a educação, ele está suscetível a interferências de ordem política, econômica, cultural, social e tecnológico do contexto em que se insere.

Hoje, os historiadores (compreendidos aqui como professores/pesquisadores) entendem que o Ensino de História é um campo plural quanto aos temas, fontes, perspectivas, problemas, narrativas etc. Parte dessa comunidade científica ainda disputa sentidos e projetos políticos entre a inserção na ordem do mercado e conservação das estruturas de dominação versus os princípios básicos de igualdade, justiça social e liberdade (GIL et. al, 2017). Consoante a esse pensamento, Ribeiro e Mendes (2016) sintetizam: “Assim, a disciplina de História, assim como as demais que compõe as chamadas ciências humanas, podem e devem proporcionar uma leitura e interpretação de mundo que possam instrumentalizar uma intervenção na vida prática”. Daí a importância de valorizar o Ensino de História, por seu potencial em promover discussões que almejam uma formação do cidadão cuja consciência o oriente para a ação no mundo. Entretanto, na constituição do Ensino de História na Sociedade em Rede, entre as disputas e ambiguidades que instituem e disputam forças, até hoje a perspectiva crítica encontra desafios na realidade educacional. Exemplo disso são os recentes projetos “Escola Sem Partido” e a formulação do “Novo Ensino Médio”, ambos representam o ideal neoliberal que comporta o neoconservadorismo e o neotecnicismo, coadunando com um ensino voltado para o trabalho e alheio aos preceitos de uma formação crítica dos cidadãos. Nessa perspectiva o Ensino de História é constantemente ameaçado, diminuído e vigiado.

Além disso, na Sociedade em Rede a escola vive uma crise quanto ao seu papel diante do Estado e dos jovens também pelas formas que moldam nossas vivências contemporâneas: a fluidez das relações sociais, dos saberes e do tempo motivada pela presença cada vez mais forte da internet na vida dos alunos, fez com que a escola perdesse o status de detentora privilegiada do saber, afinal, atualmente as informações se encontram mais acessíveis através de diferentes linguagens e disponíveis em variados sites e canais que existem no ciberespaço. Tal crise desencadeia a percepção de que o ensino escolar é antiquado, atrasado e desmotivante se confrontado à gama de novidades sedutoras e de informações presentes na internet. É nesse sentido que, assim como a escola, a História carece de reflexões acerca do seu papel na Sociedade em Rede. Conforme Laville (1999), a contemporaneidade atravessa à História desafiantes paradoxos. Se ela tem grande potencial de formação crítica e emancipatória das subjetividades ao construir uma perspectiva processual, temporal e problematizante; ela ainda reveste-se de um caráter de controle, consolidação e padronização do pensamento uma vez que sofre a influência de um determinado tipo de poder, seja ele governamental ou institucional que pode, ou não, afetá-la. Como exemplo citemos as universidades cujos currículos elegem determinadas temáticas, abordagens teóricas e autores como relevantes. Entretanto, apesar desse seu potencial, a implementação de uma narrativa histórica não garante a modelagem única das subjetividades, pois outros mecanismos, como os meios de comunicação, podem ter maior influência sobre a sociedade. Isso é fruto do que Castells (1999) chamou de “sociedade informacional”, caracterizada pelo fato de que as informações na atualidade são obtidas de forma independente e ampla através do uso da tecnologia, desta maneira, a narrativa está descentralizada, não mais absorta no domínio da História escolar ou universitária. Existem formas diversas de promover uma ação de controle sobre as pessoas, a exemplo da inserção de instância de poder nas redes sociais digitais ou da construção de narrativas históricas em canais e sites *on-line*. A disputa de narrativas no mundo virtual faz com que outras variantes sejam enxergadas pelos grupos que a disputam: linguagem, performances, número de seguidores e engajamento social etc., de modo que essas variáveis influenciam no alcance da narrativa sobre um dado número de pessoas.

De acordo com Bittencourt (2018), o currículo de História proposto nos dispositivos normativos brasileiros atualizam ambiguidades políticas. Por exemplo, apesar de a BNCC orientar os docentes a trabalharem de forma crítica os usos das TDIC na produção do conhecimento, ela preserva valores que orientam os estudantes a uma homogeneização identitária idealizada pelo processo de globalização através de princípios como inovação, competências e habilidades que estimulam a disciplina, a produtividade, meritocracia e competição. Considerando o estilo de vida das gerações discentes atuais da Sociedade em Rede, imersas nas TDIC e vulnerável ao impacto da guerra de

narrativas históricas, o que tem gerado transformações na forma como elas enxergam a escola e a disciplina de História, é preciso problematizar o papel, as possibilidades e os desafios do Ensino de História, reconstruindo seu código disciplinar (SCHIMIDT, 2012).

3. O ENSINO DE HISTÓRIA NA ÓTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA E DIGITAL

Como foi abordado anteriormente, o Ensino de História passa por mudanças e interferências relacionadas ao contexto histórico, político, social e cultural que o permeia. Não alheia a essa mudança também se encontra a própria ciência da História. Um novo campo de estudo que ganha cada vez mais espaço nas discussões historiográficas é a chamada História Pública e Digital (HPD), a qual reúne os preceitos da História Pública³ e da História Digital⁴, a qual se preocupa em realizar uma História ao grande público, considerando as necessidades dele, e realizada no meio virtual, portanto, uma História que se faz com o uso das TDIC.

No Brasil as discussões em torno da História Pública e da História Digital tiveram notoriedade a partir da virada do milênio, trazendo novas possibilidades à construção e à propagação da História. Uma complementa a outra no sentido de demonstrar que o conhecimento histórico não está restrito às academias, encontrando-se democratizado em novos meios. Desta forma, entende-se as potencialidades da HPD para o ensino de História, em razão de acreditar que ela pode contribuir com a construção e propagação do conhecimento que construam posturas epistemológica, política e ética que coaduna não apenas com o rigor metodológico e a crítica historiográfica, mas também com uma postura questionadora, inclusiva, cooperativa, democrática e sensível, portanto, mais humana do Ensino de História.

A pandemia da Covid-19 trouxe celeridade à utilização das TDIC em vários âmbitos da vida, inclusive educacional, ao passo que incentivou a sociedade a observar as tecnologias digitais como ferramentas importantes para a continuidade de atividades diversas - lazer, educação, atividades laborais, dentre outros -, em um contexto de mortandade e desesperança, incitando reflexões. No que diz respeito à educação, afloraram-se os debates acerca da educação à distância, do ensino remoto e do ensino híbrido, despertando o interesse em analisar, entender e (re)elaborar a relação da escola

³ A História Pública é considerada por estudiosos como Rovai e Almeida (2011) como um movimento, consistente na busca por difundir a História através de diferentes meios e linguagens, portanto, não a consideram um novo campo historiográfico com novas metodologias ou objetos de estudo. Para os intelectuais brasileiros, a História Pública tem como objetivo ampliar o palco de atuação da história para além das universidades, fazendo uma mediação entre o conhecimento histórico e a sociedade civil como um todo.

⁴ De acordo com Lucchesi (2013), a História Digital pode ser entendida como um espaço para a divulgação do conhecimento histórico e como fonte ou uma ferramenta de pesquisa. Trata-se de um acontecimento recente e por isso não existe um consenso sobre sua classificação na historiografia, podendo ser considerada uma metodologia, uma tendência historiográfica, um subcampo ou um novo paradigma historiográfico.

com as tecnologias digitais, no nosso caso, sobre o ensino de História. Do ponto de vista educacional, contratos foram realizados entre Universidades, Institutos Federais, escolas municipais e particulares com grandes corporações como a Google para obter serviços como o *Gmail*, o *Google Classroom* e o *Google Meet* (MIAN, 2021). Foram feitas doações de aparelhos celulares⁵, distribuíram-se redes de conexão e pacotes de redes de *wi-fi*, com vistas a incentivar a inclusão digital da comunidade escolar. Apesar disso, o processo de inclusão digital na perspectiva educacional foi vivenciado com sobressaltos, afinal, professores e alunos tiveram que se adaptar à utilização das tecnologias de forma pedagógica em um curto período. De um lado, o professor observou sua carga de trabalho aumentada, pois teve que criar, adaptar e informatizar sua metodologia, utilizando seus próprios recursos (celular, computador, *wi-fi*) para ministrar suas aulas, muitas vezes em locais improvisados, sem o mínimo de conforto e expondo por vezes a privacidade do seu lar. Um outro ponto caótico para muitos docentes foi lidar com os atendimentos *on-lines*, reuniões, dúvidas frequentes dos alunos, fazendo com que houvesse uma sobrecarga de trabalho e de tempo dedicado a aprender manusear a tecnologia. Do outro lado, os alunos tiveram que se adaptar a grande quantidade de atividades, a lidar com aplicativos e ambientes virtuais que eles não dominavam ou conheciam e a não conviverem com seus colegas. Em meio ao contexto desolador, foi o meio virtual que possibilitou - mesmo com dificuldades - a continuidade das atividades escolares no período pandêmico.

A princípio esse aspecto poderia ser ilustrativo do qual estreita passa a ser a relação entre as TDIC e os sujeitos contemporâneos, afinal pelo desenvolvimento das mídias digitais são criadas formas de relação interpessoal, mediadas pelo computador, celulares e tablets, surgindo uma configuração de práticas de lazer, estudo, trabalho e comunicação amparadas na conectividade *on-line* (VEEN; VRAKING, 2009).

A dinâmica inovadora, rápida e fácil vivenciada no mundo digital conquista importância e passa a ser requerida pelos jovens no mundo não-digital, os quais buscam nas relações travadas no ambiente familiar, educacional ou de lazer: agilidade, objetividade, ludicidade e participação. Por isso, a ocorrência das transformações tecnológicas desenvolveu um novo perfil de aluno, que não se contenta com uma aula expositiva, monótona e com poucos recursos didáticos, componentes esses que contribuem para a dispersão do aluno em sala (BUSIGNANI; FAGUNDES, 2013).

Lima (2019) compartilha a ideia de que os estudantes atuais possuem características que levam o professor a pensar nas mídias digitais e nas tecnologias de informação como caminho salutar no processo de ensino e aprendizagem. A ideia concerne em entender a cultura escolar da instituição,

⁵ Educação lança programa “Estudantes em Rede”, com distribuição de celulares a estudantes. Disponível em< Educação lança programa “Estudantes em Rede”, com distribuição de celulares a estudantes (educacao.mg.gov.br)> Acesso em 05 de março de 2024.

os sujeitos e o cotidiano dos alunos, com a finalidade de desenvolver metodologias adequadas ao ambiente onde se leciona. Essa percepção se dá no dia a dia escolar através do contato e interesse do professor em compreender o que cativa o aluno no mundo digital, e também aquilo que lhe é desconhecido, proporcionando-lhe outras experiências no campo tecnológico. O uso das mídias digitais no Ensino de História desenvolve o aprendizado histórico e cibernético, ao passo que o mundo digital também é extensão da sociedade e requer o aprendizado técnico e de condutas éticas por parte dos jovens nesse espaço.

O professor de História precisa ter ciência do papel atribuído à disciplina de proporcionar uma leitura crítica do mundo, formando discentes que atuem ativamente na sociedade, logo, o ensino tem que proporcionar a criticidade, a autonomia, o protagonismo e a reflexão dos alunos. Na explanação de Ribeiro e Mendes (2016), a história tem o papel de promover a formação de pessoas conscientes e capazes de atuar positivamente na sociedade, assim, o uso da tecnologia deve ser pensado para que não seja empregado como um elemento meramente ilustrativo. O planejamento didático do professor necessita estar bem estruturado, oferecendo meios de instigar a criticidade do aluno (CAIMI, 2014). Cada vez mais as TDIC têm adentrado no contexto escolar, e com elas, novas metodologias estão sendo elaboradas. A dificuldade de implantação está relacionada com a infraestrutura das escolas e com a formação insuficiente dos professores, cuja realidade não favorece seu aprimoramento contínuo, algo que as tecnologias demandam dos seus usuários, pelo fato de estarem surgindo constantes inovações no campo digital (LOPES, 2016). É importante que o docente consiga analisar as fragilidades e as capacidades dos recursos digitais utilizados, como exemplo podemos citar o uso do *Podcast*. Ele pode ser manuseado como uma ferramenta de avaliação e/ou de potencialização da expressão oral do aluno, da concatenação de ideias e da troca de opiniões entre pessoas, além disso possibilita a edição de fala, som, eliminando as “falhas” ou falas equivocadas, ou até aprimorando a dinâmica com músicas, inserindo falas ou realizando cortes. A seleção da mídia pode instigar potencialidades - escrita, oralidade, criatividade, comunicação interpessoal, trabalho em grupo etc.- manuseadas de acordo com os objetivos pedagógicos e conteúdos históricos a serem trabalhados com os alunos.

São múltiplas as possibilidades de atuação dos docentes e discentes no campo digital, haja vista a variedade de plataformas, sites, canais, aplicativos e redes sociais difundidas no ciberespaço. A grande fragilidade em se trabalhar com o meio digital é a fácil dispersão dos alunos. Em contrapartida, existe uma mobilização dos estudantes na participação de atividades que requeiram ou façam uso dos meios tecnológicos. Os alunos da contemporaneidade possuem algumas características peculiares, dentre elas a instantaneidade, a “cultura do zapear”, a polivalência, a assimilação de

grandes quantidades de informação, a alta capacidade de busca, comunicação eficaz e coletividade, o que faz dele um aluno dinâmico e inserido confortavelmente na Sociedade em Rede (VEEN; VRAKKING, 2009). Os docentes que desejam fazer uso das TDIC podem fomentar o processo de escrita dos alunos com a criação de blogs, sites, Twitters, páginas no Facebook ou Instagram; se a intenção for desenvolver a capacidade de expressão oral dos alunos, pode-se promover a criação de canais no YouTube ou em aplicativos de Podcast; se o intuito for fazê-los aprender de maneira lúdica, os jogos *on-line* educativos ou com temáticas históricas é uma alternativa interessante. Portanto, para cada tipo de objetivo é possível usar um tipo de mídia, elas também podem ser empregadas juntas, aglutinando-se a fim de atingir o objetivo proposto. O desafio é problematizar as representações históricas e relações de poder que elas constroem, confrontá-las com narrativas historiográficas, problematizar que projetos de sociedade elas plasman e como se relacionam com nossa sociedade, isso é, tornar reflexivo e crítico os usos desses recursos tecnológicos.

Professores de história precisam ser capazes de ajudar outros a aprender história e a pensar historicamente, tarefa que exige a mobilização de estratégias relativas ao conhecimento histórico, propriamente dito, mas também à elaboração de problemas historiográficos, aos conhecimentos prévios dos alunos, aos contextos de aprendizagem, ao uso de suportes de informação e fontes de investigação compatíveis com tais contextos entre outros (CAIMI, 2014, p. 170)

Desse modo, professores de História podem perceber que a nova geração de alunos demanda outras metodologias de ensino que lhes promovam o protagonismo e a participação ativa e colaborativa no processo de ensino e aprendizagem, correlacionando o conteúdo com a sua realidade e utilizando métodos mais dinâmicos e interativos no contexto escolar. A inserção do professor nesse contexto oferece a conexão do Ensino de História com a realidade dos alunos, capacitando-os a fazerem uso crítico e ético das informações obtidas no meio digital, na medida que visam a educação para cidadania ativa, isto é, utilizando o ciberespaço para a solidariedade, tolerância, responsabilidade e consciência crítica (FONSECA, 2017)

No Brasil, o Ensino de História já dispõe de significativos exemplos concretos de alguns usos da cibercultura para produzir e socializar conhecimento histórico através das redes sociais. Diversos estudos como o de Costa (2010), Araújo (2018) e Pires (2022) destacam o benefício do uso das redes sociais *on-line* para o Ensino de História. Isso se deve ao fato de que grande parte dos discentes da sociedade pós-pandemia estão presentes em pelo menos uma rede social. Recuero (2009) vai além ao defender que as redes sociais produzem, filtram e divulgam informações que podem nutrir a produção do conhecimento. Ao fazer uso das mídias digitais, precisa-se ter ciência de alguns fatores presentes nos espaços *on-line*: persistência da informação, capacidade de busca, replicabilidade e audiências

invisíveis (idem). Dentre as principais redes sociais existentes na atualidade pode-se destacar: Instagram, Facebook, Twitter, Tik Tok, WhatsApp, Spotify e YouTube.

Nessa perspectiva, o professor pode enxergar o meio digital como ambiente de atuação ou de extensão da sua prática docente, e para além disso, pode ser um agente da história pública e digital, na medida que desenvolve e constrói saberes históricos no meio digital para um público amplo. Portanto, contribui duplamente com o ensino de História, primeiro, ao promover uma aproximação com seu alunado, adentrando em redes sociais, plataformas ou aplicativos que o seu alunado está inserido; segundo, ao contribuir com a divulgação de uma narrativa histórica aliada e comprometida com os preceitos éticos e metodológicos do fazer história, afinal, estamos inseridos em um contexto permeado por narrativas negacionistas, *fakes news* e até mesmo revisionismos ideológicos.

O professor que pretende fazer uma história pública e digital precisa ter ciência de alguns pontos relevantes para dar início a sua produção: público-alvo, tipo de linguagem utilizada, estética, conteúdos e temáticas, infraestrutura tecnológica e domínio básico da mídia digital utilizada. Ou seja, percebe-se que esses fatores são pontos básicos, que influenciam na produção de conteúdos e que demandam do professor: tempo, recursos e dedicação. Salienta-se que esses aspectos, somados ao fato de que as instituições de ensino não consideram essa atuação digital como atividade pedagógica reconhecida (não é contabilizada como carga horária, tão pouco é capitalizada)⁶, são realidades que dificultam e desmotivam a produção de conteúdos históricos por parte dos professores de História.

Aqueles professores que enfrentam tais dificuldades acabam por desenvolver conteúdos históricos que dialogam com as necessidades da Sociedade em Rede. Por estarem mais próximos do público-alvo, possuem um *feedback* mais rápido sobre as percepções dos discentes sobre suas produções, não raro percebem-se críticas e opiniões sobre o conteúdo, sobre a estética e até mesmo sobre a linguagem utilizada pelo professor público e digital.

Desta forma, o professor historiador público e digital lida com uma série de variantes que não encontraria em igual dimensão em uma sala de aula. As preocupações com público alvo de suas produções e suas conseqüentes formas de linguagem, expressão e culturas; também com a forma que os conteúdos de História serão apresentados; além disso, com o confronto de informações, a pesquisa histórica e a produção preocupada com a contribuição científica e pedagogicamente referenciada de uma história crítica, ética e politizada são apenas alguns dos inúmeros aspectos a se lidar nas redes. Apesar desses aspectos, a presença e esforço desses professores em atuar na esfera pública e digital

⁶ O reconhecimento de carga horária e de salário podem acontecer por meio de contratos de trabalho, porém não é algo comum no meio educacional.

contribuem para a divulgação da história, para o fomento da aprendizagem e para o desenvolvimento de outros espaços de diálogo com o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa breve explanação tem como intuito esclarecer que as redes sociais além de ter uma finalidade de conectar indivíduos, conseguiu adquirir funções pedagógicas voltadas ao Ensino de História na cibercultura e na Sociedade em Rede. E isso tem se materializado em diversos exemplos concretos (criação de páginas, blogs, canais, dentre outros.) no Brasil.

Através das redes sociais é possível compreender que o meio digital tem se tornado um espaço ocupado pela sociedade que recorre a ela pelas diversas possibilidades que ela oferece: flexibilidade, agilidade, pluralidade de informações, pluralidade de linguagens, fácil navegação etc. Assim, as TIDC modificam o olhar que o estudante possui sobre a escola e a História, ainda baseadas na fragmentação do saber, em materiais e métodos tradicionais e na hierarquia professor-aluno, ou seja, na antítese ao que a cibercultura oferece aos discentes conectados ao meio digital, afinal, vivermos no contexto da Sociedade em Rede, onde o virtual e o real estão cada vez mais imbricados. Nesse panorama, os alunos da contemporaneidade estão familiarizados com o ambiente virtual da rapidez, da instantaneidade, da interatividade, do protagonismo. Aspectos esses, que eles buscam no dia a dia escolar.

Como foi visto, o ensino de História pode ser fomentado na virtualidade em diferentes linguagens, espaços e formas, trazendo uma riqueza de opções a quem procura obter conhecimento histórico, contudo para que um aprendizado significativo aconteça é necessário ter uma ação crítica nas redes, todos devem adquirir a ciência de que o ciberespaço é alimentado por aqueles que nele estão, portanto, qualquer pessoa tem a capacidade de produzir conteúdos, sejam eles pautados no conhecimento científico ou não. Isso implica dizer que alunos e professores podem desenvolver conteúdos nas redes sociais, de maneira a contribuir com o aprendizado e a alimentação da inteligência coletiva, enfrentando narrativas mentirosas e reducionistas. Desta forma, professores de História podem fomentar junto aos seus alunos a construção de podcasts, vídeos, blogs, páginas, a fim de contribuírem com a produção de conteúdos históricos interativos e envolventes, mas embasados nos critérios, rigor e consistência da ciência histórica, possibilitando o aprendizado crítico da História no ciberespaço.

Para que tais trabalhos sejam desenvolvidos, salienta-se a importância de uma formação docente voltada ao contexto da Sociedade em Rede, pois a familiarização dos docentes com a cibercultura e com os aspectos técnicos que envolvem o uso das mídias digitais possibilita uma atuação mais “confortável” dos professores no ciberespaço. Desta forma, enxerga-se como

imprescindível o diálogo dos historiadores, cientistas da computação e professores para a elaboração de projetos que beneficiem a formação docente e o ensino-aprendizagem em História, como a criação de redes sociais, museus digitais e acervos históricos *on-line*.

Frente a realidade de uma Sociedade em Rede e das mudanças ocasionadas pelas novas tecnologias digitais, a História Pública e Digital se apresenta como um caminho interessante para o professor que entende o mundo cibernético como inerente ao mundo não virtual, logo, reconhece no ciberespaço um ambiente propício para a propagação da história, do ensino de História e também de novas narrativas históricas.

Apesar do seu potencial, a HPD possui desafios a serem enfrentados. Primeiro, não se pode esquecer que há um contexto de desigualdade social no Brasil, em que vários segmentos da sociedade não estão inseridos na Sociedade em Rede, por não possuírem aparelhos digitais e tampouco acesso à internet. Como exemplo pode-se citar as comunidades rurais, quilombolas e indígenas. Portanto, a democratização do acesso à tecnologia digital fomentará a propagação de novos olhares e narrativas históricas no ciberespaço. Um segundo ponto importante é que a possibilidade de novas narrativas se apresentarem no ciberespaço não sana os problemas existentes no ciberespaço, afinal a Sociedade em Rede também é influenciada pelo ambiente não-virtual. O ciberespaço não é um ambiente neutro. O contexto político de determinadas sociedades e os interesses dos grandes empresários do ramo tecnológico esbarram no princípio ético da transparência e da veracidade. O crescente uso das I.A (Inteligência Artificial) tem demonstrado o uso não autorizado de dados dos navegantes e seu rápido processamento por muitas vezes distorce narrativas e conteúdo, comprometendo a veracidade das informações. Um terceiro ponto a ser discutido é a fragilidade e liquidez das informações presentes no ambiente virtual. Ora, ao existir uma Sociedade em Rede, existe também histórias na Rede. O meio digital está repleto de fontes históricas que podem ser deletadas ou perdidas. O apagamento dessas fontes implica em um problema para a HPD, pois sem fontes o trabalho do historiador não é possível. Por isso, a preservação do patrimônio digital também é um aspecto de discussão, é imprescindível que haja a preservação dos dados no ciberespaço para que ele seja objeto de estudo, pesquisa e reflexão dos pesquisadores da HPD.

Os desafios são extensos e complexos, apesar disso, verificamos que a Sociedade em Rede e a cibercultura estão presentes na contemporaneidade, possuindo aspectos positivos e negativos, os quais devem ser refletidos e pensados para beneficiar cada vez mais a sociedade, e no caso em tela, ao Ensino de História. Portanto, motivando a democratização, a ética e a transparência no ciberespaço, será possível trabalhar e amadurecer o papel da História Pública Digital no Ensino de História.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Robson Victor. O uso de redes sociais como prática no ensino de História. Jamaxi - **Revista de História**. v. 2, n. 1, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.
- BUSIGNANI, Orlando Marcelo Nalin; FAGUNDES, Bruno Flávio Lenha. O uso das tecnologias no ensino de história: possíveis contribuições. **Artigos Paraná**. Governo do Estado. V. I, 2013.
- CAIMI, Flávia Eloisa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. A progressão do conhecimento histórico na educação básica: dilemas da transição entre os níveis fundamental e médio. **Revista do Centro de Ciências da Educação**. V. 32, n. 2, mai./ago. 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Marcella Albaine Farias. As redes sociais como possibilidade: uma nova forma de ensinar, aprender e divulgar o conhecimento histórico. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, redes sociais e aprendizagem. **Anais Eletrônicos**. 2010.
- FONSECA, Josélia. Ética da responsabilidade como pilar da cidadania no século XXI. **Revista Dialectus**. Ano 4, n. 10, jan./jul., p. 184-199, 2017.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; PEREIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Caroline; SEFFNER, Fernando. Ensinar, Pesquisar, Ensinar: a experiência dos mestrados profissionais. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 08-32, set. /dez. 2017.
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31 a 51.
- LIMA, Susanna Fernandes. Estudantes da geração z e a autoria compartilhada das aulas de História. **ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019.
- LOPES, Cristiano Gomes. **O ensino de História na palma da mão: o WhatsApp como extensão da sala de aula**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). - Universidade Federal do Tocantins.
- LUCCHESI, Anita. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, n. XXVII, 2013. p.1-17.
- MIAN, Mariella Batarra. Universidades federais brasileira a serviço da lógica colonial. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Linc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 28-51, 2015.

PIRES, Márjorie. **Professores de História e as Mídias Digitais: possibilidades ao Ensino de História**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando.. (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, v. , p. 1-269.

RIBEIROS, Renilson Rosa; MENDES, Luís César Castrillon. Aprender e Ensinar História na contemporaneidade: desafios necessários para uma disciplina na berlinda. **Fato e Versões**, Coxim: MS, v. 9, n. 16, p. 129-144, set./dez. 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos História do Ensino de História no Brasil: Uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista eletrônica Temática**. Ano V, n. 5, maio, 2009.

SOUZA, Meire Cristina de. Educação. Educação digital: a base para a construção da cidadania digital. **Debater a Europa**, n. 19, jul/dez, p. 57-67, 2018.

VEEN, Wim; VRAKKIGN, Ben. **Homo zappiens: educando na era digital**. São Paulo: Artmed, 2009.